

EM FOCO - PANORAMA DO RESULTADO LÍQUIDO DE EMPREGOS FORMAIS NO BRASIL E NO MARANHÃO EM 2020 E 2021 NO CONTEXTO DA PANDEMIA DA COVID-19

A pandemia da COVID-19 já perdura por mais de um ano e trouxe consigo um rastro de destruição de vidas e de postos de trabalho. No País, a falta de cooperação e de articulação entre os entes federados potencializou o impacto da crise sanitária diante de um ambiente econômico frágil, ainda em fase de recuperação lenta e gradual, após a recessão entre o segundo trimestre de 2014 e o final de 2016.

No decorrer do ano de 2020 e no início de 2021, com a implementação de medidas de mitigação da crise, o avanço da vacinação e o relaxamento das medidas de isolamento social, segmentos que estavam afastados puderam retornar às atividades. Todavia, a recuperação vem se apresentado desigual. Enquanto alguns setores conseguiram até mesmo se expandir, como o de Supermercados, Comércio Eletrônico, Farmacêuticos e Agropecuária, outros foram fortemente impactados, especialmente, os de Alojamento, Comercio Varejista, Cuidados Pessoais, Transportes, Atividades Administrativas, Viagens, Construção e Indústria. O desafio atual, então, se baseia em enfrentar a crise multidimensional fomentada pela condução política que o país vivencia na finalidade de retomada e criação de empregos, uma vez que a decisão de empregar se baseia nas expectativas.

Nesta edição do Boletim Periódico do Observatório Social e do Trabalho, realiza-se uma avaliação da evolução do emprego formal celetista no Brasil, com foco especial no estado do Maranhão, no ano de 2020 e nos seis primeiros meses de 2021, com base em dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo CAGED).

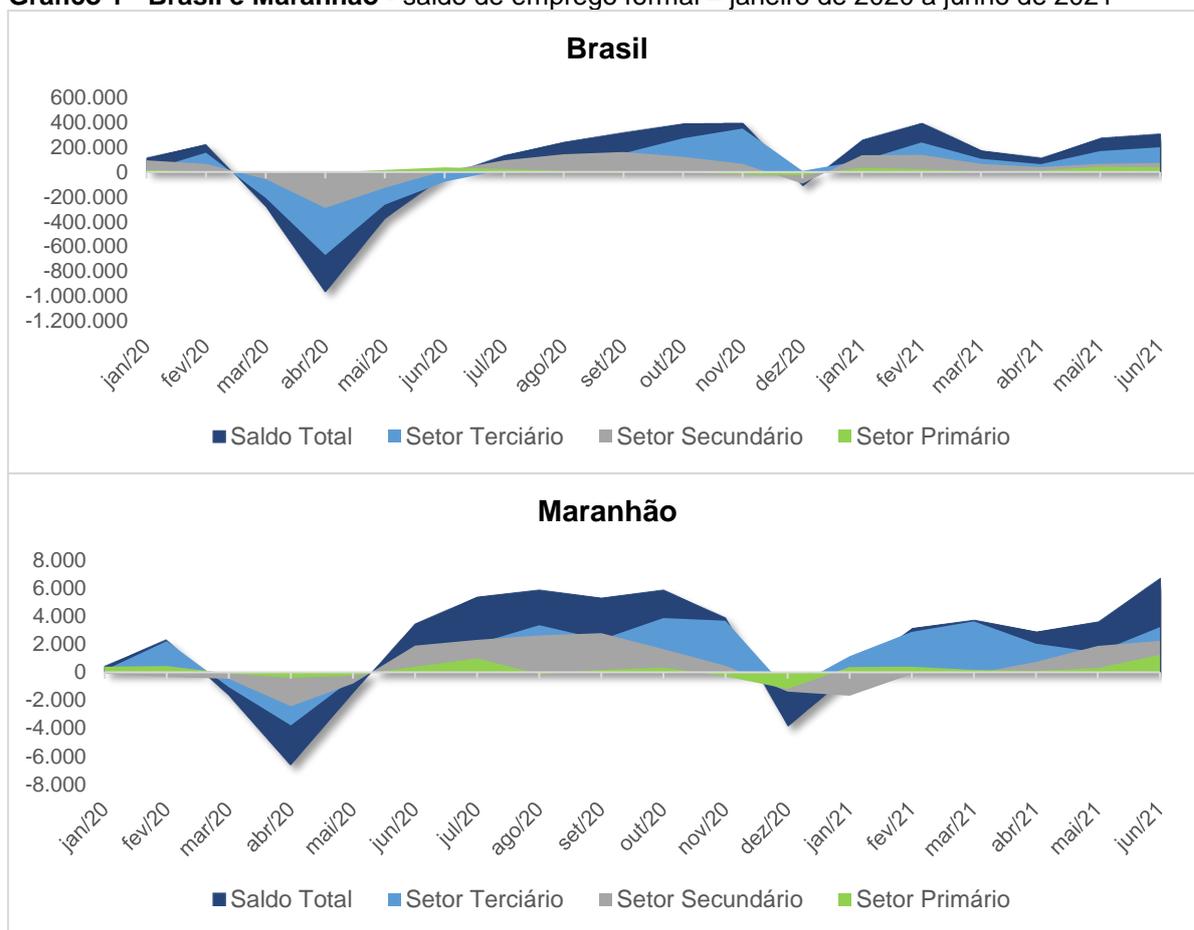
1 COMPORTAMENTO DO EMPREGO FORMAL EM 2020: impactos da crise sanitária e descompasso de indicadores

Conforme o **Gráfico 1**, com base em dados do CAGED (2021), logo no primeiro mês de ocorrência de casos do novo coronavírus no país, em março de 2020, o número de demissões no setor formal da economia superou o de contratações, resultando em saldo negativo de empregos. Contudo, o momento mais crítico da crise sanitária ocorreu em abril, período em que as medidas de restrição à circulação se

torneram mais intensas, implicando em maior patamar de demissões líquidas para um único mês na série histórica do CAGED, com 963.703 desmobilizações de postos celetistas no País, das quais 69% ocorridas no setor terciário, e 6.610 demissões registradas no estado do Maranhão. Ao todo, no primeiro semestre de 2020, foram apontadas perdas de empregos na magnitude de 1.300.948 no Brasil e de 3.457 no Maranhão.

Em todo o território nacional, quatro grandes segmentos foram os mais fortemente atingidos quanto aos prejuízos econômicos decorrentes da pandemia, quais sejam, Comércio Varejista (-392.783 vínculos); Serviços de Alojamento e Alimentação (-320.840 vínculos); Indústria de Transformação (-259.753 vínculos); e Negócios Imobiliários e Atividades Administrativas (-161.202 vínculos).

Gráfico 1 - Brasil e Maranhão - saldo de emprego formal – janeiro de 2020 a junho de 2021*



Fonte: Novo CAGED – SEPR/ME (2021)

*Sujeito a ajuste nos meses posteriores, devido às declarações submetidas fora do prazo

A partir do segundo semestre de 2020, a análise dos fluxos de entrada e saída dos trabalhadores apresentou inflexão positiva, apontando processo de abertura de

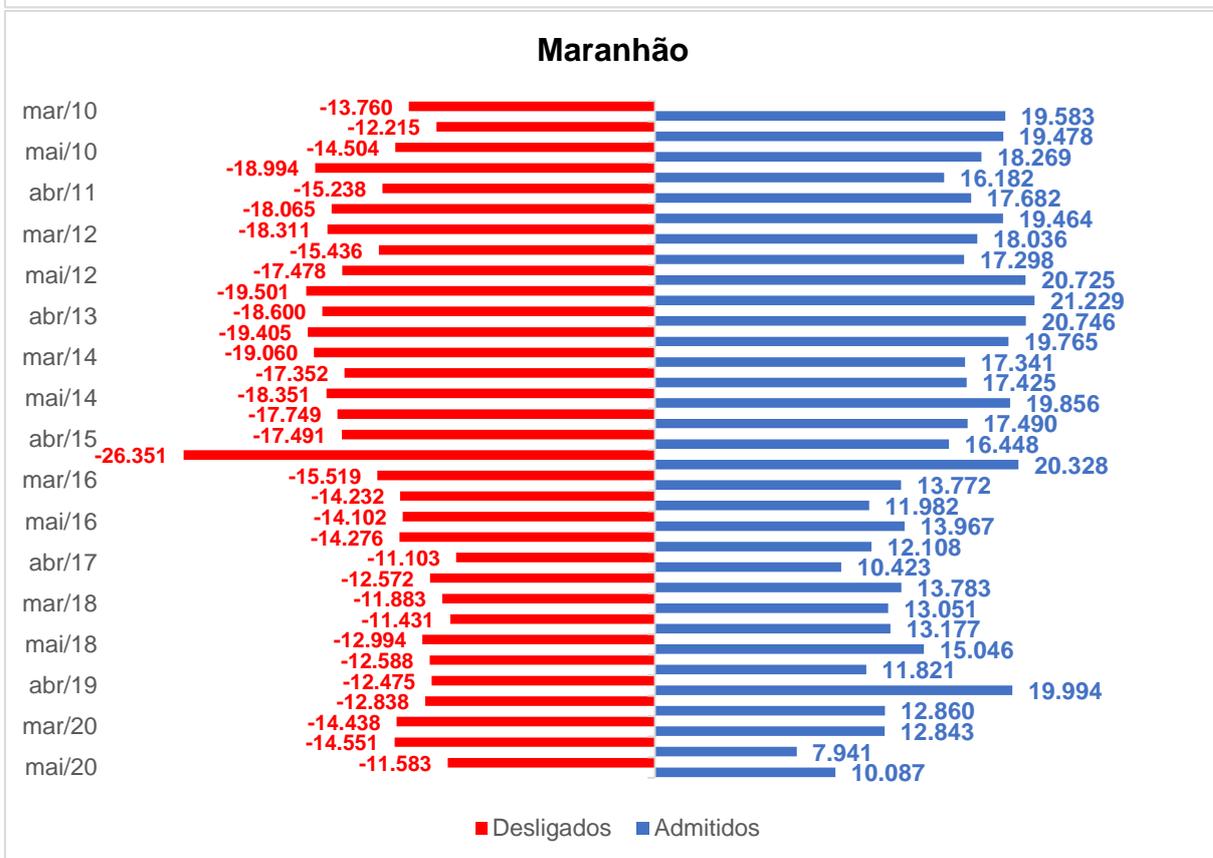
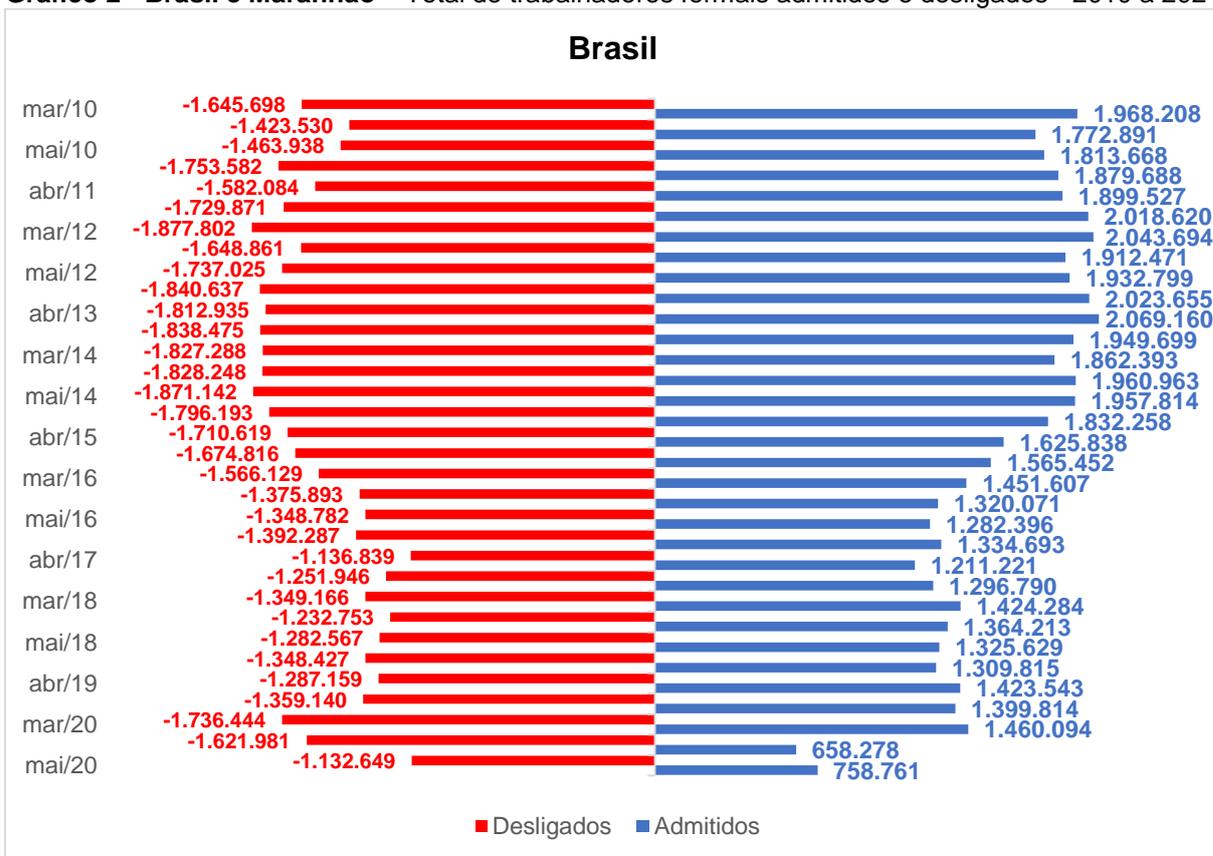
vínculos. A queda da taxa de contágio e ações anticíclicas, como os programas de transferência de renda e os de acesso ao crédito - com ênfase no auxílio emergencial e no crédito às micro e pequenas empresas - contribuíram para conter a retração da atividade econômica e sustentar a geração líquida de 1.378.168 vagas no Brasil e de 22.488 no Maranhão, suficientes para compensar as perdas registradas no primeiro semestre e encerrar o ano com saldo positivo de 77.220 e 19.031 vagas, respectivamente, apesar dos 170.956 postos fechados no setor de Serviços em todo o território nacional.

Mas, em que pese o balanço favorável no segmento formalizado do mercado de trabalho, um aspecto se destaca diante da desagregação do saldo de contratações por meio dos registros das admissões e demissões que ocorreram na última década. O **Gráfico 2** aponta que a histórica rotatividade do mercado de trabalho apresentou comportamento atípico nos períodos de maior isolamento social.

Diferente do que se previa no início da pandemia, nota-se que o volume de demissões não foi destoante da média histórica das movimentações do emprego formal quando analisado cada período de declaração do Novo CAGED, o que assegurou o balanço positivo do saldo do emprego no Brasil e no Maranhão.

O ajuste orçamentário das empresas ocorreu via redução das contratações diante um cenário de baixa dinâmica econômica. O volume de admissões, que ultrapassava 20 mil registros no Maranhão no mês de maio de 2015, recuou para a metade na crise sanitária recente, enquanto no Brasil, foram registradas 658 mil contratações em abril de 2020, o menor volume mensal na série histórica do CAGED.

Gráfico 2 - Brasil e Maranhão – Total de trabalhadores formais admitidos e desligados - 2010 a 2021



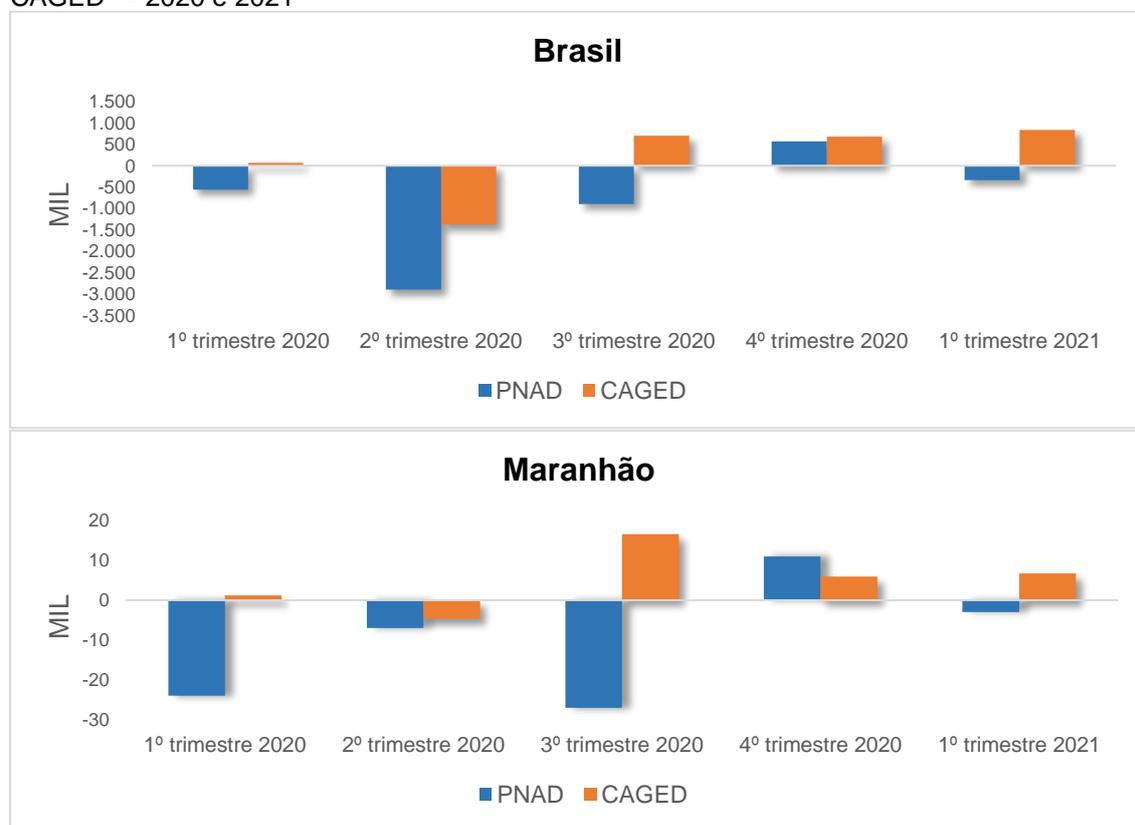
Fonte: Novo CAGED – SEPRT/ME (2021)

*Sujeito a ajuste nos meses posteriores, devido às declarações submetidas fora do prazo

Dentre os fatores apontados como responsáveis pela contenção de demissões em 2020, e, portanto, por limitar os efeitos da pandemia sobre o emprego formal, destaca-se o Benefício Emergencial para Preservação do Emprego e da Renda (BEm), Lei nº 13.979, que permitiu acordos individuais ou coletivos para reduzir a jornada de trabalho, com diminuição proporcional do salário, ou suspender temporariamente o contrato de trabalho com compensação financeira com recursos da União. Apesar de críticas pela não incorporação dos sindicatos na negociação coletiva, prejudicando o retorno para os trabalhadores, é notório que a medida atenuou o volume de demissões que poderia ter ocorrido. Em todo o território nacional, foram celebrados 20,1 milhões de acordos em 2020, que envolveram 9,8 milhões de trabalhadores. No Maranhão, o número de beneficiados alcançou 116,9 mil, inseridos em 205,8 mil acordos.

Todavia, aspectos metodológicos e limitações de mensuração por parte das pesquisas também devem ser considerados. O **Gráfico 3**, abaixo, exhibe a trajetória de evolução do emprego com carteira assinada com base em dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC) e do Novo CAGED.

Gráfico 3 – Brasil e Maranhão – variação do estoque de empregos com carteira segundo PnadC e CAGED* – 2020 e 2021



Fonte: PnadC trimestral/IBGE e Novo CAGED – SEPRT/ME (2021)

*Sujeito a ajuste nos meses posteriores, devido às declarações submetidas fora do prazo

Conforme se observa, o mercado de trabalho formal apresentou movimentos bem distintos quando confrontados os levantamentos apresentados pela Pnad Contínua e o Novo CAGED. Na pesquisa realizada trimestralmente pelo IBGE, o Brasil desmobilizou no ano de 2020 mais de 3 milhões de vagas com carteira, de forma intensa no terceiro trimestre, quando foram demitidos 891 mil trabalhadores celetistas. Nesse mesmo período, o CAGED apontou abertura de 699 mil vagas celetistas.

Dentre os fatores que justificam a diferença entre os dados da Pnad e do CAGED inclui-se o método de mensuração. Enquanto o CAGED cobre todo o universo do mercado de trabalho CLT e é documental obrigatório, a Pnad é uma pesquisa amostral, que encontrou dificuldades de composição da amostra devido às restrições de acesso aos domicílios – os acompanhamentos passaram a ser feitos por telefone devido à pandemia.

Além disso, em janeiro de 2020, houve mudanças no CAGED, que passou a incluir trabalhadores temporários, cujo preenchimento pelas empresas era opcional. Outra mudança do Novo CAGED foi a troca da fonte de envio de informações, do antigo formulário para a base de dados do e-Social.

Ademais, há evidências de subnotificação no CAGED por parte de empresas que faliram durante a pandemia ou que deixaram de reportar dados de demissão de empregados no período de adaptação ao novo sistema de envio. Por outro lado, a adoção do contato remoto para a pesquisa da Pnad, em função da impossibilidade de visitas presenciais aos domicílios, aumentou o índice de não resposta, o que pode ter levado a uma subestimação do emprego formal.

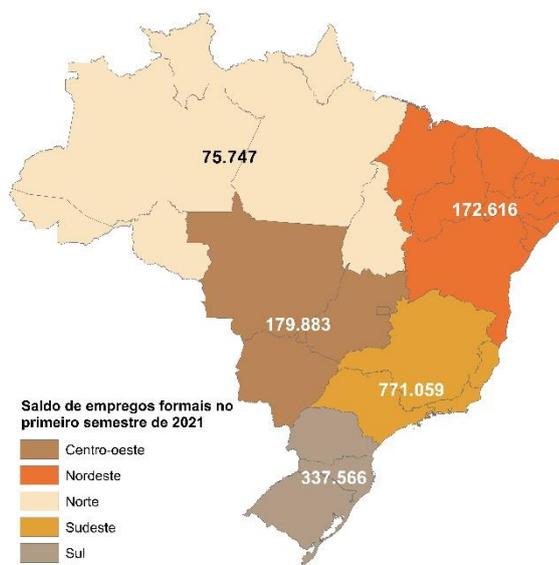
2 EVOLUÇÃO DO EMPREGO FORMAL NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2021

Mantendo o ritmo de crescimento visto no final do ano anterior, no primeiro semestre de 2021, todas as regiões geográficas do Brasil apontaram saldo positivo no resultado do emprego formal, incorporando 1.536.717 trabalhadores como empregados celetistas, que totaliza 40,9 milhões de vínculos ativos.

Os estados do Nordeste com os maiores saldos positivos de mão de obra formal foram: Bahia (+70,2 mil vínculos) e Ceará (+33,3 mil vínculos). O Maranhão,

por sua vez, também apresentou expressiva trajetória de alta, gerando 20.010 empregos nos primeiros seis meses do ano, e, com isso, fechando o semestre com estoque de 521 mil vínculos celetistas ativos.

Mapa 1 - Brasil: Geração de emprego formal acumulado do ano de 2021



Fonte: Novo CAGED – SEPRT/ME (2021)

A seguir, apresentam-se dados que detalham o perfil e a alocação dos empregos criados no primeiro semestre do ano, com foco no estado do Maranhão.

Tabela 1 - Maranhão: Geração de emprego formal por grupamento de atividades econômicas –2020 e 2021*

Grupamento de Atividades Econômicas	Ano		1º Semestre	
	2020	2020	2020	2021
Maranhão	19.031		-3.457	20.010
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	430		541	2.609
Indústria Geral	2.443		-402	1.184
Indústrias Extrativas	55		-46	113
Indústrias de Transformação	2.076		-449	683
Eletricidade e Gás	72		27	12
Água, Esgoto, Atividades de Gestão de Resíduos e Descontaminação	240		66	376
Construção	3.862		-1.822	1.810
Comércio	5.840		-4.027	4.748
Serviços	6.456		2.253	9.659
Transporte, armazenagem e correio	140		-1.147	337
Alojamento e alimentação	-1.259		-2.373	729
Informação, comunicação e atividades financeiras,	2.435		184	2.666
Informação e Comunicação	886		73	-443
Atividades Financeiras, de Seguros e Serviços	-188		-111	225
Atividades Imobiliárias	50		15	172
Atividades Profissionais, Científicas e Técnicas	125		-257	892

Atividades Administrativas e Serviços Complementares	1.562	464	1.820
Administração Pública, Defesa e Seguridade Social, Educação, Saúde Humana e Serviços Sociais	3.493	4.457	4.384
Administração Pública, Defesa e Seguridade Social	-426	-137	-136
Educação	-483	221	745
Saúde Humana e Serviços Sociais	4.402	4.373	3.775
Serviços domésticos	6	5	0
Outros serviços	1.641	1.127	1.543
Artes, Cultura, Esporte e Recreação	22	-49	97
Outras Atividades de Serviços	1.619	1.176	1.446
Organismos Internacionais e Outras Instituições	0	0	0
<i>Não identificado</i>	0	0	0

Fonte: Novo CAGED – SEPRT/ME (2021)

*Sujeito a ajuste nos meses posteriores, devido às declarações submetidas fora do prazo

Considerando o comportamento do mercado de trabalho sob a ótica setorial (**Tabela 1**), observa-se que o balanço de empregos no estado fechou o ano de 2020 com saldo positivo de 19.031 novos vínculos. O processo de recuperação das admissões está associado à reabertura da economia, reforçando que as ações restritivas implantadas no primeiro semestre foram fundamentais também economicamente, uma vez que permitiram antecipar a retomada das atividades econômicas.

Considerando o período mais recente, verifica-se a continuidade do movimento de retomada de empregos no Maranhão, que somente nos seis primeiros meses de 2021 superou a variação de vínculos registrada no ano passado. O saldo de contratações aponta que, no estado, houve abertura em todos os cinco setores da economia, capitaneada pelo Comércio (+4.748 vínculos) e Serviços (+9.659 vínculos), responsáveis por 72% dos empregos alocados. Ademais, destaca-se ainda o setor da Construção Civil, ampliado pelas obras executadas no estado, e a Agropecuária, com contratações concentradas em atividades sucroalcooleiras desenvolvidas no município de Aldeias Altas.

Em relação ao perfil social dos vínculos abertos e fechados entre janeiro e junho de 2021, tem-se as seguintes observações baseadas nos dados da tabela abaixo:

Tabela 2 - Maranhão: Geração de emprego formal considerando o perfil social - primeiro semestre de 2021*

Perfil Social	Saldo
Total	20.010
SEXO	
Homem	11.265
Mulher	8.745
FAIXA ETÁRIA	
Até 24 anos	10.825
25 a 39 anos	7.941
40 a 49 anos	1.886
50 a 64 anos	-378
65 anos ou mais	-262
ESCOLARIDADE	
Analfabeto	109
Fundamental Incompleto	279
Fundamental Completo + Médio Incompleto	1.174
Médio Completo + Superior Incompleto	15.307
Superior Completo	3.141
FAIXA SALÁRIAL	
Até 1 SM	-3.792
1 a 2 SM	20.689
2 A 5 SM	2.404
5 A 10 SM	554
Mais de 10 SM	155

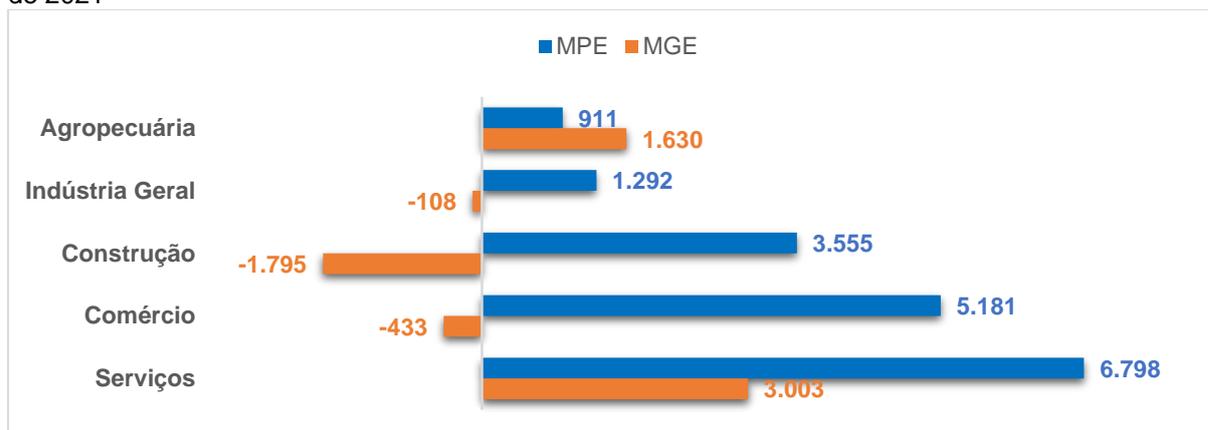
Fonte: Novo CAGED – SEPRT/ME (2021)

*Sujeito a ajuste nos meses posteriores, devido às declarações submetidas fora do prazo

- A maior parte das vagas geradas foram ocupadas por homens. Isso se deve à forte abertura ocorrida nos setores da Construção e da Agropecuária, majoritariamente formados por trabalhadores do gênero masculino.
- Na abertura por faixa etária, os que possuíam até 24 anos obtiveram maior inserção no mercado de trabalho formal maranhense, seguidos pelos que possuíam idade entre 25 e 39. A geração ocorrida nas faixas que concentram a população mais jovem contrastou com o saldo de demissões líquidas ocorridas entre a população com idade acima de 50 anos.
- Considerando o nível de escolaridade, a maior parte das vagas geradas foram ocupadas por pessoas que possuíam como titulação máxima o Ensino Médio completo. Destaca-se também, a criação líquida de empregos dentre os que possuem Ensino Superior, relacionada à ampliação de vagas no setor de Saúde.
- Trabalhadores que recebem até 2 salários mínimos foram responsáveis pela geração de empregos no estado. Aponta-se a forte desmobilização ocorrida na faixa inferior a 1 salário.

Do ponto de vista dos estabelecimentos, seguindo a metodologia do SEBRAE¹, que utiliza como critério de classificação de porte a quantidade de vínculos (**Gráfico 4**), as Micro e Pequenas Empresas (MPE) foram responsáveis pela geração de 17,3 mil empregos formais no Maranhão em 2021, que equivale a 89% do total de empregos gerados no estado. O setor de “Serviços” foi o grupamento que mais contribuiu para o resultado, com a abertura de 6,8 mil vagas. Dentre os negócios abertos, enfatiza-se o número de microempreendedores individuais, os MEI. Segundo dados da Receita Federal, o número de MEI no Maranhão cresceu 9% no segundo semestre do ano passado e 11% no acumulado de 2021, totalizando 146.662 microempreendedores individuais. O movimento dissonante com a realidade econômica indica que muitos trabalhadores que perderam o emprego durante a crise encontraram no chamado empreendedorismo uma alternativa para obter renda, refletindo, de fato, o quadro de maior vulnerabilidade.

Gráfico 4 - Maranhão: Saldo de empregos gerados, segundo o porte das empresas - primeiro semestre de 2021*



Fonte: Novo CAGED – SEPRT/ME (2021)

*Sujeito a ajuste nos meses posteriores, devido às declarações submetidas fora do prazo

Passaram-se quatro anos de vigência da Reforma Trabalhista - Lei 13.467/2017 - e, com esta, a criação da modalidade de emprego em regime intermitente, que permite a prestação de serviços com alternância de períodos de atividade e inatividade, determinados em horas, dias ou meses, independentemente do tipo de atividade do empregado e do empregador, e em que o período de inatividade do empregado não é considerado como tempo à disposição do empregador, portanto, não é passível de remuneração.

1

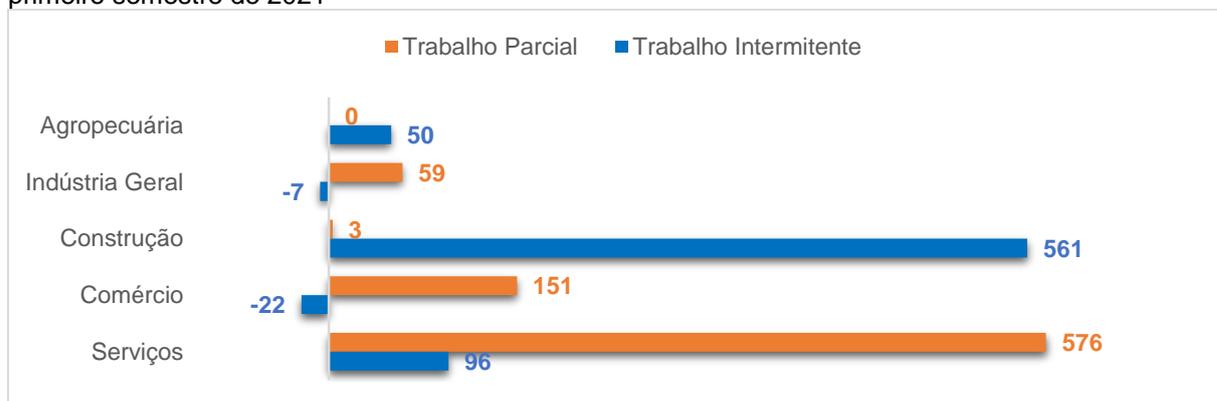
<https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Estudos%20e%20Pesquisas/Relatorio%20do%20CAGED%2001%202019.pdf>

Com isso, o trabalho intermitente viola o direito ao salário mínimo. Ainda que o trabalhador tenha direito ao valor correspondente ao salário mínimo proporcional à hora trabalhada, a falta de garantia de novas convocações pode resultar em salários muito abaixo do mínimo. Também se destaca como negativo o fato de o ônus da contribuição ao INSS recair sobre o trabalhador, caso o salário auferido pelo mesmo seja inferior ao mínimo.

Em 2020, a modalidade de contratação intermitente representou 94% das oportunidades geradas no segmento mais formalizado do mercado de trabalho nacional. No Maranhão o saldo apontado foi de 2.417 admissões líquidas, que corresponde a 13% do total de vínculos gerados.

A evolução dessa modalidade de contratação revela que o assalariamento padrão perdeu espaço quando se analisam especificamente as novas vagas que foram abertas na economia nacional, em 2020. Mas, isso não reflete uma reconfiguração no mercado de trabalho, dado que o volume de contratos intermitentes ou parciais ainda é residual quando se analisam as admissões que efetivamente ocorreram no ano de 2020, representando apenas 1% do total.

Gráfico 5 - Maranhão: Saldo de empregos com carteira em regime parcial e trabalho intermitente - primeiro semestre de 2021*



Fonte: Novo CAGED – SEPRT/ME (2021)

*Sujeito a ajuste nos meses posteriores, devido às declarações submetidas fora do prazo

Dentre as modalidades flexibilizadas criadas com a lei 13.467, no primeiro semestre de 2021, em todo o estado, houve 789 contratações líquidas na modalidade de trabalho em regime parcial, concentradas no grupamento de “Serviços” (+576 vínculos) e Comércio (+151 vínculos). Por sua vez, o trabalho intermitente, exibiu variação positiva de 678 vínculos, ocorridos principalmente na “Construção”, com 561 contratações líquidas.

REFERÊNCIAS

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD)**. Rio de Janeiro. Disponível em <<https://sidra.ibge.gov.br>>. Acessado em agosto de 2021.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Sistema IBGE de recuperação automática**. Rio de Janeiro. Disponível em <<https://sidra.ibge.gov.br>>. Acessado em agosto de 2021.

Receita Federal do Brasil. **RFB**. Disponível em: www.receita.fazenda.gov.br. Acessado em agosto de 2021.

Secretaria Especial de Previdência e Trabalho (SEPRT/ME). **Relação Anual de Informações Sociais – RAIS**. Brasília. Disponível em: <<https://www.gov.br/economia>>. Acessado em agosto de 2021.

Secretaria Especial de Previdência e Trabalho (SEPRT/ME). **Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED**. Brasília, 2021

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). **Análise do CAGED**. São Paulo. 2019

Elaboração:

Raphael Bruno Bezerra Silva – Mestre em Desenvolvimento Socioeconômico pela UFMA.